

O PLANEJAMENTO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: teorias e aplicabilidade

Planning of geography teaching in contemporary context: theories and applicability

Cláudia Lemos De Bona¹

Resumo: O presente estudo investiga a contribuição da disciplina de geografia para o desenvolvimento da consciência crítica do aluno, a partir do conhecimento e análise de sua realidade. Para tanto, utilizou como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo. A pesquisa bibliográfica encontra-se amparada na legislação acerca da educação brasileira, nos parâmetros que norteiam o ensino em cada área e em conceitos pedagógicos de ensino formulados, articulados na construção de um planejamento capaz de atender às necessidades do aluno. O estudo de campo, por sua vez, efetivou-se por meio de estágio realizado com turma de Ensino Médio, por meio dos instrumentos de intervenção e observação. Constata-se a ampla contribuição do ensino da geografia pautado nos conceitos abordados, de modo a propiciar a formação de um aluno crítico e reflexivo, capaz de contribuir para a construção e reconstrução de conceitos e, por conseguinte, atuar criticamente para as transformações sociais.

Palavras-chave: Planejamento. Teoria. Ensino.

Abstract: This study investigates the geography discipline's contribution to the development of critical consciousness of the student, from the knowledge and analysis of their reality. Therefore, we used as a working methodology the bibliographical research and field study. The literature is supported in-law about the Brazilian education, the parameters that guide the teaching in each area and pedagogical concepts of education formulated, articulated in building a planning capable of meeting the needs of the student. The field of study, in turn, effected by means of training camp with high school class, through the instruments of intervention and observation. It appears the broad contribution of geography teaching based on the concepts addressed in order to facilitate the formation of a critical and reflective learner, able to contribute to the construction and reconstruction of concepts and therefore act critically to social transformation.

Keywords: Planning. Theory. Teaching.

Introdução

A realização da presente proposta se justifica pela percepção da necessidade de se investigar como a disciplina de geografia pode contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do aluno, a partir do conhecimento e análise de sua realidade, reconhecendo-se como sujeito membro de uma coletividade, capaz de refletir acerca de seu contexto social e de posicionar-se em prol das mudanças necessárias.

Isso porque a educação contemporânea tem defendido a ideia de um ensino mais preocupado com o aprimoramento de habilidades que com a mera transmissão de conteúdos. Nesse sentido, o trabalho com os conteúdos de geografia ganha uma abordagem reflexiva, levando o aluno a melhor compreender e interpretar o contexto histórico-social a que pertence, construindo e aprimorando sua concepção de sujeito individual e, ao mesmo tempo, pertencente a uma coletividade.

Partindo dessas premissas, este estudo tem o objetivo de refletir acerca do planejamento no ensino da geografia articulado ao contexto contemporâneo e sua relevância para a prática docente, voltado à formação de um cidadão crítico e reflexivo, consciente de seu papel enquanto

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniassearvi.com.br

sujeito de seu tempo e de seu espaço.

Ao investigar o planejamento do ensino da geografia nesse contexto, esse estudo parte das prescrições legais acerca do ensino no país, de forma mais específica, o ensino médio, abordando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Verifica, ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio, apontando as concepções de ensino de geografia para o país, bem como explora concepções pedagógicas em torno do ensino na área, ressaltando a importância de articular o planejamento a esses parâmetros. Em um segundo momento, trata do planejamento de aula de forma mais específica, incluindo reflexões acerca da interdisciplinaridade e da interferência das tecnologias no ensino da geografia, conceituando o panorama contextual no qual o aluno do século XXI está inserido.

Assim, o problema que se propõe para estudo é: como planejar o ensino da geografia no ensino médio articulado com as políticas públicas de ensino e com um contexto em permanentes transformações?

Para responder a essa problemática, o estudo utiliza-se de pesquisa legislativa e bibliográfica acerca do tema. Para efetivação do estudo de campo, utiliza-se da descrição de experiência vivenciada em sala de aula durante estágio realizado com turma do Ensino Médio.

Os dados obtidos por meio da intervenção pedagógica serão analisados de acordo com referenciais construídos por estudiosos, que visam a afirmar a importância do planejamento de geografia articulado às demandas atuais.

O planejamento na área de geografia: teorias e aplicabilidade

Buscando a elucidação da problemática apresentada, o referencial teórico da presente proposta de pesquisa buscará, inicialmente, conhecer de forma mais aprofundada os conceitos ligados ao tema proposto, bem como as bases legais que o norteiam.

Para tanto, toma-se como ponto de partida a afirmação de Silva, que defende que escola é o “lugar social no qual a expectativa de mudança é o traço mais marcante” (1996, p. 52). Com base nessa definição de escola, se reconhece a importância de que todas as áreas do conhecimento assumam seu papel enquanto formadoras de uma identidade, tanto individual quanto coletiva.

É nessa direção que deve caminhar o planejamento. O planejamento de ensino, em qualquer área da educação, e em todos os níveis de ensino, deve ser uma atividade de inter-relações. Isso porque é impossível pensar em planejamento ignorando os aspectos legais e políticos, cujas ideias estão convergentes dentro do processo educacional.

Nesse sentido, um planejamento comprometido com a aprendizagem do aluno precisa considerar todas as informações que se apresentam nesse amplo universo da aprendizagem. A expressão que pode definir esse diálogo com a realidade é conexão. Em outras palavras, é impossível pensar em um planejamento totalmente autônomo, desvinculado da realidade na qual o sujeito se insere.

Assim, esse estudo realiza uma reflexão acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - do ensino médio, buscando compreender a importância de que o planejamento do professor esteja adaptado às propostas nacionais de ensino. Em um segundo momento, verifica a contribuição da geografia para o desenvolvimento da visão crítica e reflexiva do aluno do ensino médio.

O ensino de geografia no ensino médio: adaptações do planejamento aos parâmetros curriculares nacionais

Pensar o ensino no Brasil exige o conhecimento e a adequação do trabalho docente à legislação em vigor, de forma mais específica, a Lei de Diretrizes e Bases da educação - LDB - e demais políticas educacionais e correntes pedagógicas em voga.

Nesse sentido, o presente estudo conduzirá suas reflexões sobre o ensino da geografia partindo dos preceitos da LDB acerca do ensino médio. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) atribui ao Ensino Médio a configuração de Educação Básica.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - do ensino médio, o reconhecimento da importância do ensino médio como parte da educação básica ocorreu gradativamente, de modo que a Constituição de 1988 já mostrava sinais dessa necessidade. Eis o texto que segue:

A Constituição de 1988 já prenunciava essa concepção, quando, no inciso II do Art. 208, garantia como dever do Estado 'a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio'. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 14/96 modificou a redação desse inciso sem alterar o espírito da redação original, inscrevendo no texto constitucional 'a progressiva universalização do ensino médio gratuito'. A Constituição, portanto, confere a esse nível de ensino o estatuto de direito de todo cidadão (BRASIL, 2000, p. 9).

A LDB, que entrou em vigor em 1996, determina em sua redação a duração e as finalidades do ensino médio, vindo a disciplinar o conteúdo da redação constitucional:

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade: I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; III - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, art. 35).

É possível perceber que o ensino da geografia no ensino médio pode ampliar a sua contribuição na formação do aluno à medida que explora aspectos relacionados à cognição, à socialização, à afetividade, ao pensamento científico e às tecnologias. Os PCN complementam a finalidade dessa etapa da educação básica da seguinte maneira:

O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como 'sujeito em situação' – cidadão (BRASIL, 2000, p. 10).

Tendo-se em vista as concepções apresentadas de ensino médio, há que se refletir sobre o papel do ensino da geografia nessa fase de escolarização. Como disciplina intimamente ligada ao contexto social, político e cultural do aluno deve contemplar em seu planejamento a contemporaneidade, abordando as inúmeras influências exercidas pelos fenômenos que desenham esse panorama. Assim, é impossível pensar o ensino da geografia ignorando as interferências tecnológicas do mundo moderno.

Para pensar e efetivar esse ensino, é preciso a construção do seguinte conceito de currículo:

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no triplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva (BRASIL, 2000, p. 15).

Por fim, de acordo com os PCN, o ensino da geografia deve desenvolver as seguintes competências e habilidades:

A aprendizagem nesta área deve desenvolver competências e habilidades para que o aluno entenda a sociedade em que vive como uma construção humana, que se reconstrói constantemente ao longo de gerações, num processo contínuo e dotado de historicidade; para que compreenda o espaço ocupado pelo homem, enquanto espaço construído e consumido; para que compreenda os processos de sociabilidade humana em âmbito coletivo, definindo espaços públicos e refletindo-se no âmbito da constituição das individualidades; para que construa a si próprio como um agente social que intervém na sociedade; para que avalie o sentido dos processos sociais que orientam o constante fluxo social, bem como o sentido de sua intervenção nesse processo; para que avalie o impacto das tecnologias no desenvolvimento e na estruturação das sociedades; e para que se aproprie das tecnologias produzidas ou utilizadas pelos conhecimentos da área (BRASIL, 2000, p. 21).

Assim, trabalhar com a geografia sob o prisma apresentado representa a própria docência dos fenômenos sociais de determinada época, contribuindo para a compreensão desses fenômenos, percebendo seu comportamento na criação dos contextos.

Ao perceber a sociedade como uma construção humana, supõe-se o posicionamento do aluno do ensino médio nessa construção, de modo a negar ou afirmar as situações que se manifestam no meio, e preocupando-se com a herança que deixará às gerações futuras.

Com base nos apontamentos conceituais realizados em torno da legislação pertinente e demais políticas que contemplam o ensino da geografia no ensino médio, torna-se viável a reflexão em torno da elaboração de um planejamento capaz de contribuir, de modo eficaz, para a formação do indivíduo enquanto cidadão do mundo em que vive.

O planejamento no ensino da geografia: contribuições no desenvolvimento do potencial crítico do aluno

Conforme visto anteriormente, o ensino da geografia na educação moderna exige o permanente estabelecimento de conexões: conexões com outras disciplinas, com leis, com políticas públicas de ensino, com o contexto real local e universal.

Kalil (2010) propõe um ensino de geografia que transforme as aulas em laboratórios de análise e compreensão da realidade. E defende: “acreditando que a função maior da escola é fazer com que a realidade seja compreendida, devemos oferecer ferramentas para que os estudantes possam atuar no meio em que vivem” (KALIL, 2010, p. 39).

Contudo, é na visão crítica acerca da realidade que reside a essência do ensino, pois essa visão crítica possibilita ao aluno a desconstrução e reconstrução de conceitos. Diniz Filho (2010), ao abordar a construção de uma geografia crítica, problematiza: “[...] está claro que a

promessa de que a geografia crítica seria diferente por valorizar a autonomia do pensamento dos alunos não foi cumprida, já que o unilateralismo teórico e ideológico domina amplamente os conteúdos e as práticas pedagógicas” (LOCHE, 2010 apud DINIZ FILHO, 2010, p. 11). De acordo com o autor, se pensar criticamente é construir conhecimentos de maneira autônoma, então está claro que o pensamento crítico só pode ser definido como a habilidade cognitiva de decidir racionalmente sobre quais ideias, informações ou argumentos devem ser admitidos, rejeitados ou não julgáveis.

Tendo-se em vista tais considerações, o planejamento do professor deve convergir para as ideias apresentadas. O planejamento representa, sumariamente, condição essencial para o trabalho docente, em todas as áreas do conhecimento. Impossível pensar no sucesso de um trabalho desarticulado, onde atividades, objetivos, justificativas e recursos não estabelecerem entre si uma relação de interdependência.

Assim sendo, é primordial que cada docente assuma o compromisso de um planejamento das atividades que irá promover com os alunos, partindo do pressuposto de que o sucesso de uma atividade depende de um planejamento sério, comprometido com as necessidades de cada turma, adequado a seu nível de conhecimento, com objetivos claros e estratégias eficazes.

Para Menegolla e Sant’anna (2001, p. 40), o planejamento tem sua importância definida da seguinte maneira: “É um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação”.

O planejamento é, sem dúvida, a condição para a qualidade do trabalho pedagógico e dever do professor prescrito pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB. Eis o que determina o art. 13 da referida legislação como dever docente: “[...] elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1996, art. 13).

Nesse enfoque, cabe ainda ressaltar que o planejamento deve fazer parte da rotina do professor, seja de forma mais abrangente, como o plano anual, ou de maneira mais específica, como o plano de aula. De qualquer maneira, devem estar articulados, atendendo a uma proposta ainda mais ampla, que é o Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Estabelecer relações entre o planejamento de aula e o projeto político-pedagógico da instituição consiste em ações voltadas às necessidades do aluno em cada etapa do ensino básico, dentro de cada área do conhecimento. Falar em necessidades implica na abordagem da realidade do aluno, que pode ser local ou abranger conceitos universais.

Dessa forma, o ensino da geografia que concebe o contexto como base para o ensino, amplia as possibilidades de desenvolvimento da capacidade crítica do aluno acerca dessa realidade, motivando reflexões sobre possíveis transformações sociais onde o aluno será o sujeito desse processo.

Planejamento e interdisciplinaridade

O ensino da Geografia também pode ser abordado sob um enfoque interdisciplinar, quando as diversas áreas do conhecimento dialogam entre si, em um movimento de complementaridade. Assim, a geografia amplia os seus significados, ampliando, também, conceitos já assimilados pelos alunos.

De acordo com os PCN (2000), “a interdisciplinaridade deve ser compreendida a partir de uma abordagem relacional, em que se propõe que, por meio da prática escolar, sejam estabelecidas interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementa-

ridade, convergência ou divergência”.

Tal ideia está em consonância com Vygostky (1993), que afirma que a aprendizagem se realiza sempre em um contexto de interação. De acordo com o autor, a aprendizagem ocorre através da internalização de instrumentos e signos, levando a uma apropriação do conhecimento. Vista nesse sentido, a interdisciplinaridade consiste no diálogo entre os diferentes saberes; entre as diversas aprendizagens, concretizando-se por meio da capacidade de se estabelecer conexões.

Assim, a interdisciplinaridade tem o poder de romper com as fragmentações do ensino que, ao se dividir em áreas, muitas vezes apresenta-se isolado do contexto. Trabalhar com base na realidade do aluno implica, necessariamente, na aceitação do caráter interdisciplinar do ensino.

Ainda, segundo os PCN, a integração dos diferentes conhecimentos pode criar as condições necessárias para uma aprendizagem motivadora ao abordar assuntos diretamente relacionados aos assuntos ou problemas que dizem respeito à vida da comunidade. E complementa:

Todo conhecimento é socialmente comprometido e não há conhecimento que possa ser aprendido e recriado se não se parte das preocupações que as pessoas detêm. O distanciamento entre os conteúdos programáticos e a experiência dos alunos certamente responde pelo desinteresse e até mesmo pela deserção que constatamos em nossas escolas. Conhecimentos selecionados a priori tendem a se perpetuar nos rituais escolares, sem passar pela crítica e reflexão dos docentes, tornando-se, desta forma, um acervo de conhecimentos quase sempre esquecidos ou que não se consegue aplicar, por se desconhecer suas relações com o real (BRASIL, 2000, p. 21-22).

Sob esse enfoque, torna-se válido lembrar os pilares da educação propostos por Delors: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a aprender e aprender a fazer. Esses pilares, cuja formação deve ter início no começo da formação da criança, devem ser, enfim, consolidados ao final da escolarização básica.

Dessa maneira, a educação efetiva a sua finalidade no rigor do termo aprender. No momento em que aprende, o aluno é, enfim, capaz de construir e desconstruir conceitos, participando, enfim, da reconstrução dos saberes.

Geografia e contexto tecnológico

Dentro desse amplo enfoque de abrangência da geografia apresentado, aponta-se a necessidade de se refletir acerca da interferência da tecnologia na sociedade contemporânea e as relações estabelecidas entre o aluno e o uso que ele faz dessas tecnologias, bem como o papel do professor nessa mediação.

Nesse sentido, a escola necessita estar atenta a esses recursos, de modo a utilizá-los em seu cotidiano como ferramentas que possibilitem uma metodologia baseada na realidade, cuja importância já foi mencionada nesta reflexão.

Isso, porque vivemos em uma sociedade cercada de mídia. Assim, torna-se impossível ignorar a sua influência na educação. No campo pedagógico, muitas discussões são realizadas pelos profissionais do ensino acerca do papel do professor diante das inovações tecnológicas que, além do fascínio que provocam na criança e no jovem, representam importantes fontes de informação.

Bittencourt refere-se a esse fenômeno da seguinte maneira:

A mensagem parte de um centro difuso para atingir uma periferia numerosa de re-

ceptores separados entre si fisicamente. Esse processo comunicativo é o único que torna os usuários centros ativos da construção dos modelos de contato interpessoal. [...] A partir da expansão da internet, a possibilidade de haver uma maior comunhão dos conhecimentos elaborados alcançou um nível jamais imaginado até então pelas estruturas epistemológicas das eras precedentes (2012, p. 20).

Assim, as Tecnologias da Comunicação e Informação - TIC podem se tornar importantes aliadas desse processo de formação de um aluno crítico, consciente de seu espaço no universo e de seu papel enquanto agente transformador.

De acordo com Moraes e Cabral (2011, p. 42) “a contemporaneidade da educação exige uma adaptação geral de saberes e fazeres na prática pedagógica”. Ao direcionar essas adaptações ao ensino da geografia, as autoras dissertam:

A geografia, por sua vez, deparou-se com incontáveis recursos que reproduzem o espaço em escala local e global, despontando as relações existentes entre o homem e o espaço, a aprendizagem adquirida no ambiente escolar e o saber social, os conteúdos escolares abordados e a vida do cotidiano. Nesse contexto, o individual e o coletivo, o privado e o social, o micro e o macro, se relacionam dialeticamente, em constantes formulações e reformulações de relações que ocorrem em tempo real e se conectam por espaços virtuais de convivência (MORAES; CABRAL, 2011, p. 42-43).

Nesse sentido, o professor de geografia pode e deve dispor desses recursos em seu planejamento e execução, de modo que o ensino se torne efetivo. Se é verdade que a escola necessita zelar pelo conhecimento científico elaborado e pela construção de novos conhecimentos, é verdade também que a tecnologia se revela como inegável instrumento de transformação, elaboração e reelaboração das novas estruturas do conhecimento, caracterizadas pela velocidade, pelo poder de atração e pela necessidade de confronto entre as novidades que surgem e os conhecimentos que já se possui.

Belloni (2005, p. 8) disserta a respeito da interferência da tecnologia da seguinte maneira:

Diante dessa realidade, delineiam os desafios da escola sobre esse tema na tentativa de responder como ela poderá contribuir para que crianças e jovens se tornem usuários criativos e críticos dessas ferramentas, evitando que se tornem meros consumidores compulsivos de representações novas de velhos clichês.

Para Mattos, a interferência das Tecnologias da Informação e da Comunicação na educação pode ser vista da seguinte maneira:

Por transformar comportamentos, valores, estruturas e estratégias, a disseminação das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) traz à tona novos desafios e problemas à humanidade. Ao mesmo tempo em que as TICs abrem numerosas possibilidades de atuação e, por isso, mais oportunidades, elas também possibilitam o surgimento de práticas fundamentalmente questionáveis no âmbito da Ética e da Moral. São questões relacionadas à dignidade humana, aos direitos individuais, à privacidade, à responsabilidade social, à solidariedade e à partilha de valores pela comunidade, entre outras (MATTOS, 2014, p. 15).

Tendo-se em vista tal apontamento, torna-se evidente a necessidade de se questionar os aspectos convergentes e divergentes que se referem à interferência das TIC no comportamento

do ser humano, mencionados por Mattos. Assim, a escola deve estar atenta às contribuições dessas tecnologias, mas também ao teor nocivo que elas podem propagar.

Uma vez direcionada aos objetivos pedagógicos, a tecnologia pode contribuir da seguinte maneira no ensino da geografia: “A geografia, nesta nova perspectiva, assumiu novas formas interativas, dinâmicas e renovadas, voltando seu olhar para o computador de forma crítica e reflexiva” (MORAES; CABRAL, 2011, p. 43).

A educação, dentro da pedagogia moderna, representa a possibilidade de construção do conhecimento, e não da reprodução de conceitos prontos. Conforme Moraes e Cabral (2011, p. 42) “práticas educativas contemporâneas, pautadas pela tecnologia, em consonância com o conhecimento construtivo, ético e social, são aliadas do ensino de geografia”.

Assim, ao deparar-se com essa grande quantidade de produtos de consumo, entre eles ideias e valores, o ensino da geografia precisa pensar no seu papel, na perspectiva de formar alunos críticos e conscientes de sua realidade, a fim de que se diminuam os níveis de alienação e passividade produzidos pelas mídias.

Metodologia

Para a realização do presente estudo, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: os sujeitos da pesquisa foram alunos do 1º ano do Ensino Médio do Instituto Estadual Polivalente. A coleta de dados efetivou-se por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de campo. O estudo de campo ocorreu por meio de intervenção pedagógica, durante atividades de estágio, abordando conteúdos relacionados à área. Os dados coletados tiveram uma abordagem qualitativa, em consonância com as referências apresentadas.

Resultados e discussão

A referida intervenção pedagógica ocorreu com base em planejamentos elaborados de acordo com os conteúdos planejados pelo professor titular da turma.

A aula 1 ocorreu por meio das metodologias de aula expositiva e diálogo, e apresentou os seguintes objetivos: identificar as características dos biomas brasileiros; conceituar os biomas e avaliar a importância da preservação da sua diversidade.

A aula 2 apresentou os seguintes objetivos, expostos no planejamento: conhecer cada um dos domínios morfoclimáticos; compreender que a ação do homem interfere nas paisagens, transformando-as; analisar que as diferentes características naturais podem resultar em diferentes aproveitamentos econômicos. A metodologia utilizada foi debates, questionamentos e pesquisa de fatos que são comuns, devido ao clima.

A aula 3 abordou o conteúdo “Vegetação de Transição”, e objetivou levar o aluno a conhecer as faixas de transição, e suas especificidades; entender que o tipo de vegetação varia de acordo com a região e o clima; compreender que a formação vegetal é o primeiro elemento da paisagem que o homem modifica, por isso está em constante transformação. Para tanto, utilizou-se como metodologias o diálogo, a explicação e a elaboração de conceitos.

A aula 4 teve como objetivos: conscientizar os alunos à preservação ambiental; identificar as alterações que ocorrem no meio em que se vive; demonstrar quais as principais causas da degradação do meio ambiente. Como metodologia de trabalho, adotou-se a pesquisa, a investigação coletiva e a capacidade de sintetizar informações, explorando o ambiente no contexto em que se está inserido.

A aula 5 propôs como objetivos: desenvolver a criticidade do aluno; fazer com que o aluno, através da pesquisa, introduza novos valores; compartilhe experiência, informação e sa-

beres. A metodologia utilizada foi trabalho coletivo de exposição do tema trabalhado, fazendo uso dos recursos tecnológicos disponíveis.

Uma vez descritos os procedimentos metodológicos e os objetivos propostos, o presente estudo passará à apresentação dos resultados e discussões acerca das categorias emergentes.

Conhecimento e visão crítica da realidade

De acordo com os apontamentos realizados no estudo bibliográfico desta pesquisa, os conteúdos ampliam seu sentido à medida que são aproximados do aluno. Assim, ao abordar a realidade e os problemas que a circundam, o aluno adquire uma percepção de pertencimento a um contexto.

Nesse enfoque, as questões ambientais devem ser amplamente discutidas em todas as áreas da educação. Nesse estudo, reafirma-se a necessidade de enfatizar essa discussão, já que representa uma preocupação que deve ser compartilhada por toda a sociedade.

Trabalhar com as questões ambientais representa, em primeira instância, o cumprimento à legislação, que prescreve: Art. 225- “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Tendo-se em vista o preceito transcrito, a visão crítica do aluno deve estar voltada para a percepção de que cada cidadão é responsável pela construção de um ambiente equilibrado.

Assim, no campo da geografia reside a reflexão de que a sociedade é um organismo em permanente desenvolvimento, tanto tecnológico e científico quanto econômico e demográfico. Esse contínuo movimento, ao deparar-se com os princípios de proteção ambiental, provoca discussões e reflexões de líderes mundiais, dado os grandes efeitos provocados pelo desmatamento, pela emissão de gases poluentes e pelo crescimento desordenado das cidades que começam a mostrar seu lado mais perverso. Cumpre-se, assim, o texto contido no artigo 35 da LDB, que aponta o desenvolvimento do senso crítico como finalidade do Ensino Médio.

De acordo com Kalil (2010, p. 41), o ensino de Geografia deve efetivar-se da seguinte maneira:

Em geografia, é fundamental oferecermos ao aluno a chave para a compreensão do mundo, para a leitura do cotidiano que se expressa na produção do espaço e sua transformação. Alinhar fatos globais, como o efeito estufa exacerbado, que aumenta a evaporação e, conseqüentemente, as chuvas, com as ações locais da sociedade interagindo com a natureza às margens de rios, por exemplo, possibilita a conscientização de que todos fazemos parte da natureza e estamos submetidos a sua intrincada teia.

Sob esse enfoque, é possível constatar que a preservação ambiental é um tema importante e urgente. Importante porque se vive nesse meio ambiente ao qual nos referimos; fazendo-se parte dessa cadeia. Urgente porque a degradação desse meio, desenfreada e acelerada, pode levar a extinção das espécies.

Conforme foi possível verificar, os alunos já apresentam um conhecimento bastante elaborado acerca da importância da preservação da diversidade dos biomas. Contudo, são vastos os relatos de situações que denunciam o descaso da sociedade com essa questão. Assim, ao oportunizar a discussão acerca da referida temática, os alunos têm a possibilidade de ampliar as discussões, reafirmando o compromisso da área da geografia com o contexto social do aluno.

Além disso, ao se promover discussões, o aluno é condicionado a assumir o seu posicio-

namento enquanto cidadão, aprimorando a sua criticidade.

Utilização de recursos tecnológicos

Conforme se verifica na descrição dos procedimentos metodológicos e recursos descritos nos planejamentos elaborados e trabalhados durante o estágio, as contemplações dos recursos tecnológicos como ferramentas de ensino podem e devem estar presentes no ensino da geografia.

Para Diniz Filho (2010, p. 14), os livros muitas vezes negligenciam informações relevantes para a construção da capacidade crítica do aluno, influenciando no seu posicionamento diante de questões sociais importantes. Tornam-se, dessa forma, parciais e, portanto, carentes de credibilidade.

Nos tempos atuais, essa visão parcial tem sido fortemente prejudicada pelo acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC. Dessa forma, em todas as áreas do ensino, os recursos tecnológicos tornam-se importantes recursos de pesquisa, uma vez que apresentam as informações em seus mais diversos enfoques. Não há, nesse sentido, uma verdade única, mas conceitos que podem ser construídos e desconstruídos por meio do confronto entre diferentes informações.

Acerca dessa questão, Diniz Filho (2010, p. 14) exemplifica:

Levantamentos feitos por jornalistas em até 130 apostilas e livros didáticos de história e geografia revelam que muitos deles silenciam sobre os milhões de mortos produzidos pelas revoluções socialistas, usam relativizações históricas e mentiras para justificar as atrocidades (quando são admitidas) e ainda elogiam os resultados econômicos e sociais alcançados pelos regimes socialistas, muito embora dezenas de milhões de pessoas tenham morrido de fome em sua vigência.

Tal exemplificação leva a questionar o comportamento, muitas vezes assumido pela escola, de negligenciar aos alunos a importante contribuição oferecida pelas TIC. Se a sociedade mudou, seus interesses mudaram, e se torna fundamental que a escola, em todos os níveis de ensino, esteja preparada e aberta para fazer uso dessas inovações, permitindo ao aluno a convivência entre o que é realidade para ele e as necessidades e/ou visões impostas pela escola.

Contudo, é importante estarmos atentos ao alerta: “Vivemos em uma sociedade da informação e não do conhecimento” (MORAES; CABRAL, 2011, p. 46).

Se é verdade que a escola necessita zelar pelo conhecimento científico elaborado e pela construção de novos conhecimentos, é verdade também que a tecnologia se revela como inegável instrumento de transformação, elaboração e reelaboração das novas estruturas do conhecimento, caracterizadas pela velocidade, pelo poder de atração e pela necessidade de confronto entre as novidades que surgem e os conhecimentos que já se possui.

Planejamento articulado aos parâmetros curriculares nacionais

De acordo com texto apresentado no início deste estudo, o ensino no Brasil deve estar articulado aos parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, e é nesse sentido que o planejamento deve conduzir suas ações.

Conforme os PCN, o ensino médio deve orientar a formação de um cidadão para aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer e aprender conviver.

Sob esse enfoque, ao contemplar no planejamento do estágio a metodologia dos tra-

balhos em grupo, a intervenção pedagógica aqui discutida contribui para a aquisição de tais aprendizagens.

De acordo com Diniz Filho (2010) o planejamento deve oportunizar ao aluno o pensamento crítico e reflexivo, articulado aos PCN:

As razões pelas quais se deve combater firmemente a doutrinação teórica e ideológica no sistema de ensino dizem respeito à construção de uma sociedade democrática quanto à questão da qualidade de ensino.

Quanto à qualidade do ensino, é preciso lembrar que, como dizem os PCN, de forma absolutamente correta, ensino de qualidade é aquele que ensina a pensar, ou seja, aquele que oferece aos alunos visões diferentes da realidade e ferramentas intelectuais para que eles possam analisá-las criticamente e optarem de forma autônoma pela visão que julgarem mais correta (DINIZ FILHO, 2010, p. 16-17).

Conforme é possível perceber, somente um planejamento de qualidade é passível de ofertar uma educação de qualidade. Tal atributo do planejamento somente se concretiza quando nele se inclui as categorias emergentes, cujas ideias foram abordadas ao longo dessa análise.

Uma vez concebida a educação como um processo pautado na qualidade, percebe-se a importância de que cada vez mais se investiguem procedimentos capazes de tornar a educação, em todas as suas áreas, um resultado de formação idealizado.

Acerca da educação que se deseja, Diniz Filho (2010) denuncia:

É justamente esse tipo de educação que nunca foi, de fato, ofertada no Brasil, cujo sistema nacional de ensino nasceu sob a égide da doutrinação nacionalista conservadora e hoje permanece refém de uma doutrinação de esquerda, disfarçada por um discurso pluralista, que não se torna realidade nem no conteúdo dos livros didáticos, nem no espaço da sala de aula (DINIZ FILHO, 2010, p. 17).

Reafirma-se, assim, a importância das discussões aqui realizadas em torno da ideia de uma educação que, para ser de qualidade, é preciso que seja crítica, transformadora e construtora de um conhecimento capaz de inovar-se a cada movimento.

No que se refere à interdisciplinaridade, verifica-se que ela pode ser contemplada pelo caráter amplamente transversal dos conteúdos trabalhados. De acordo com o planejamento realizado, contemplou-se o meio ambiente em uma relação de interdisciplinaridade com a área de ciências.

Também é possível verificar o fenômeno da interdisciplinaridade com a área de história, que estuda os fatos que explicam a situação presente de determinado contexto, além da relação com a disciplina de Língua Portuguesa e Filosofia.

Para Moço (2010, p. 46), a interdisciplinaridade pode ser beneficiada pelas tecnologias da informação. Eis o apontamento realizado: “[...] a busca de uma associação entre as diversas disciplinas do ensino deve priorizar uma aprendizagem que utilize de meios virtuais significativos para construir um conhecimento pautado pela interdisciplinaridade, sendo necessário que haja uma relação multi e interdisciplinar”.

Sob esse enfoque, é possível compreender a importância de um ensino articulado: articulado com as leis que o regem, articulado com os parâmetros que o norteiam, articulado com disciplinas que compõem as diversas áreas do conhecimento, enfim, articulado com a vida do aluno com o qual trabalha, e articulado com as possibilidades de futuro.

Pesquisa e investigação na efetivação de um planejamento de qualidade

Nenhum conhecimento, na área das ciências humanas, deve ser considerado pronto. Dado ao seu caráter incompleto é que se deve apostar na pesquisa e na investigação como metodologias passíveis de contribuir para a construção do conhecimento de forma autônoma, conforme defendido por Diniz Filho (2010).

Nesse sentido, ao propor a pesquisa como procedimento metodológico de conhecimento, o presente estudo de campo verifica e reafirma a sua contribuição enquanto ação pedagógica de construção do conhecimento.

Ao dissertar acerca da contribuição da pesquisa em sala de aula, Moço (2010, p. 40) afirma: “Importante ferramenta didática para todas as disciplinas, a pesquisa precisa ser bem usada em sala de aula. Ao planejá-la e executá-la adequadamente, você possibilita que crianças e jovens aprendam os conteúdos do currículo, enquanto se tornam estudantes autônomos”.

Com base nesse enfoque, tornar-se estudante autônomo corresponde à conquista das capacidades de aprender a conhecer e aprender a fazer, habilidades defendidas pelos PCN do ensino médio.

Moço (2010) ainda afirma que ensinar os alunos a estudar para que se saiam bem em toda a Educação Básica, no Ensino Superior e por toda a vida é uma das grandes responsabilidades da escola.

Assim, ao se oportunizar a pesquisa e a socialização dos conhecimentos elaborados por meio desse processo, esse estudo pretendeu contemplar as ideias apresentadas acerca desses procedimentos.

Contudo, conforme alerta Moço (2010), a capacidade de pesquisa não ocorre de forma repentina, mas é um processo que deve ser iniciado ainda no início da escolarização, sendo gradativamente construído e aprimorado. Tal processo, de acordo com o autor, implica nas seguintes proposições que devem ser assumidas pelo professor: fazer uma boa pergunta, indicar fontes seguras, ensinar a interpretar, orientar a produção escrita e socializar os trabalhos.

Portanto, ao afirmar a importância da pesquisa na construção de conceitos geográficos, esse estudo tem a intenção de que tal procedimento seja assumido pela escola como efetiva fonte de construção do conhecimento.

Considerações finais

De acordo com as abordagens realizadas, o presente estudo afirma a contemplação do objetivo proposto, nesta pesquisa, de refletir acerca do planejamento no ensino da geografia, articulado ao contexto contemporâneo e sua relevância para a prática docente, voltado à formação de um cidadão crítico e reflexivo, consciente de seu papel enquanto sujeito de seu tempo e de seu espaço.

Com base nos dados coletados durante o processo de docência das aulas de geografia, que constituíram a proposta de estágio, constata-se a veracidade contida nos referenciais teóricos acerca da elaboração de planejamentos de ensino articulados à LDB, aos PCN e às concepções pedagógicas que defendem a interdisciplinaridade, a utilização dos recursos tecnológicos na educação, a contemplação da pesquisa como metodologia de afirmação da autonomia, o conhecimento da realidade como conteúdo a ser explorado e o desenvolvimento da consciência crítica do aluno como habilidade a ser construída.

Assim, o ensino da geografia, uma vez pautado nos conceitos apresentados e confirmados pela pesquisa de campo, torna-se importante área de construção do conhecimento, contri-

buindo, de maneira fundamental, para a formação da cidadania.

Referências

BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BITTENCOURT, R. N. Virtualização dos Saberes. **Filosofia**, São Paulo, nº 68, p. 17-22, março, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação, Cultura e Desporto. **Lei 9.394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. A doutrinação no ensino brasileiro de Geografia. **Revista Geografia**, nº 34, novembro, 2010, p. 8-17.

KALIL, Kátia Maria. Oficina de atualidades. **Revista Geografia**, nº 34, novembro, 2010, p. 38-41.

MATTOS, D. Filosofia da Informação. **Filosofia**, São Paulo, n. 90, p. 15-23, jan. 2014.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOÇO, Anderson. Cinco etapas da boa investigação. **Revista Nova Escola**, nº 237, novembro, 2010, p. 40-47.

MORAES, Ivete Iara Gois de; CABRAL, Danielle Tatiane da Silva. Geoconexão. **Geografia**, São Paulo, nº 35, p. 42-47.

SILVA, J.M. **A autonomia da Escola Pública**. 3. ed. Campinas/SP: Papirus, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jéferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Artigo recebido em 15/06/16. Aceito em 18/08/16.

